Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Centro-Oeste: Da Fragmentação ao Pacto de Poder

A história do Centro-Oeste brasileiro é marcada por uma sucessão de fatiamentos. Desde a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, passando pela elevação de Rondônia a estado em 1981 (antigo Território Federal do Guaporé que, apesar de pertencer à Região Norte, sempre esteve ligado histórica e economicamente a Mato Grosso) até a criação do estado de Tocantins, desmembrado de Goiás e integrado à Região Norte, o que assistimos foi nossa região geográfica sendo redesenhada sob o pretexto da eficiência administrativa. No entanto, décadas depois, o que se observa é um paradoxo: enquanto as fronteiras se multiplicaram, nossa representação política foi diluída.

Como engenheiro, compreendo que o traçado territorial é, hoje, uma consolidação jurídica irreversível. Contudo, o erro que não podemos perpetuar é o fatiamento da nossa estratégia de desenvolvimento. A exemplo, vimos municípios históricos, como Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste e Diamantino, sendo fatiados ao longo de décadas, a meu ver sem os adequados critérios geoeconômicos que preservariam suas vocações e integração regional.

Isso sem falar de Várzea Grande, Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, Poconé, Acorizal e Jangada, que se tornaram satélites de Cuiabá, nossa pujante capital. Todos frequentemente orbitam as esferas estadual e federal com o “pires na mão” — dependentes que são das emendas parlamentares que os acorrentam a uma elite política insaciável.

O desenvolvimento desses municípios não pode ser um subproduto de favores, mas o resultado de integrações técnicas e econômicas. A solução dessa vexatória condição passa pela definição de estratégias que respeitem as vocações locais.

Saneamento básico, segurança e, fundamentalmente, escolas de ensino técnico voltadas às cadeias produtivas regionais são as fundações necessárias para que essas cidades dividam com a capital as oportunidades de crescimento social, urbano e econômico.

O turismo, mesmo que regional, precisa ser tratado como ativo estratégico, superando entraves que, embora ecologicamente justificáveis, têm-se tornado economicamente inviáveis por falta de infraestrutura e gestão competente.

No campo macroeconômico, o desafio é ainda maior. Somos o pulmão econômico do mundo; nossas commodities sustentam a balança comercial brasileira de forma mais robusta que a mineração. No entanto, para que esse vigor se transforme em qualidade de vida local, precisamos defender nossas fronteiras econômicas com a mesma tenacidade com que os heróis do passado defenderam nosso território na Guerra do Paraguai.

Essa defesa exige um pacto de parceria, como aquele da guerra supracitada. Quando falamos na consolidação de nossa infraestrutura através dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, não devemos ignorar a sensibilidade ambiental da nossa região. Pelo contrário, a viabilidade desses empreendimentos deve ser sustentada por EVTEAs (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) rigorosos, onde o licenciamento não seja um “sim” ou “não” cartorial, mas um compromisso de parceria e monitoramento permanente.

Precisamos convencer os órgãos de controle e a sociedade de que a eficiência técnica é a maior aliada da preservação. Os modais ferroviário e hidroviário bem monitorados são, por consequência, menos impactantes que o escoamento intermitente utilizado em rodovias.

O Centro-Oeste precisa aprender com as outras regiões que agem como blocos coesos. O Brasil depende de nós, mas nós precisamos depender menos da benevolência de Brasília e mais da nossa unidade. É hora de transformar o que foi dividido no passado em uma força integrada para o futuro. Afinal, uma região que alimenta o mundo não pode aceitar sentar-se à mesa e receber apenas migalhas do que ela mesma produz.

Marcelo Augusto Portocarrero é engenheiro civil